



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 608***

*de 29 de março de 2007*

**"Dispõe sobre a forma de parcelamento e atualização dos valores concedidos aos beneficiários de Bolsa de Estudo Rotativo e dá outras providências".**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:*

### ***Art. 1º..***

*Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a atualização dos valores decorrentes do Crédito Educativo Reembolsável baseado nos índices inflacionários, desde 1998 até o período vigente, mantendo-se a garantia original do contrato.*

### ***Art. 2º..***

*Os beneficiários que optarem pelo pagamento à vista da dívida terão desconto de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores atualizados.*

### ***Art. 3º..***

*O pagamento parcelado deverá ser formalizado através de termo de acordo de desistência de ações judiciais.*

### ***Art. 4º..***

*O parcelamento poderá ser feito no prazo igual, no máximo, ao período de utilização, podendo a qualquer tempo ser quitado de forma antecipada.*

**1°.**

*É facultado o parcelamento do débito em até 60 (sessenta) parcelas iguais, fixas e consecutivas, por comprovada e notória insuficiência de recursos financeiros, através de relatório fornecido pela Assistência Social.*

**2°.**

*Serão dados descontos diferenciados entre 5% (cinco por cento) e 15% (quinze) por cento de acordo com a quantidade de parcelas acordadas:*

**a).**

*até 10 (dez) parcelas, desconto de 15% (quinze por cento);*

**b).**

*de 11 (onze) a 20 (vinte) parcelas, desconto de 10% (dez por cento);*

**c).**

*de 21 (vinte e uma) a 30 (trinta) parcelas, desconto de 5% (cinco por cento);*

**d).**

*acima de 31 (trinta e uma) até 60 (sessenta) parcelas, sem desconto.*

**3°.**

*O valor mínimo das parcelas será de 30 (trinta) UFM's (Unidade Fiscal do Município), fixas e consecutivas.*

**Art. 5°..**

*O pedido de parcelamento será admitido uma única vez, e o atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento das parcelas acordadas na negociação, dará ensejo a perda dos benefícios (aumento do número de parcelas e descontos concedidos) e retorno ao fluxo normal do contrato.*

**Art. 6º..**

*O § 3º do art. 2º da Lei 263/97, de 09 de maio de 1997, passa a ter a seguinte redação:*

**3º.**

*A atualização monetária do crédito educativo reembolsável será feito pela aplicação do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor) apurado no período.*

**Art. 7º..**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Chapadão do Sul - MS, 29 de março de 2007.*

*JOCELITO KRUGPREFEITO MUNICIPAL*

---

*Lei Ordinária Nº 608/2007 - 29 de março de 2007*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*